

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2001
OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

A Administração da CENF - Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo tem a satisfação de apresentar os resultados de 2001, acompanhados das demonstrações contábeis correspondentes.

1 – Aspectos administrativos e a conjuntura nacional

O ano de 2001 foi marcado pelo racionamento, determinado em face da impossibilidade de geração e transmissão de energia elétrica para atender plenamente às demandas do mercado, o que exigiu das empresas distribuidoras um extraordinário esforço de ajustamento e adequação dos seus programas e orçamentos para enfrentar essa adversidade. Para cumprimento do disposto nas resoluções da GCE – Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, pertinentes ao racionamento de energia elétrica, a CENF constituiu uma equipe interdepartamental para coordenar as ações do programa, analisar as solicitações dos consumidores, bem como atender à fiscalização e acompanhamento da Agência Nacional de Energia Elétrica. Programas de treinamento para atendentes, novos sistemas computacionais e ampliações do call center se fizeram necessários, bem como a mobilização da opinião pública, em parceria com diversos órgãos e entidades, visando a consecução plena das metas estabelecidas. A despeito desse conturbado cenário, a CENF deu continuidade ao seu programa de investimentos, visando a melhoria da qualidade dos seus serviços, sendo de destacar:

- A ampliação da subestação de Conselheiro Paulino, com 3 circuitos de 69 kV e 4 de 11,4 kV;
- A construção da subestação da Usina Hidrelétrica Xavier, com 3 circuitos de 69 kV;
- A reforma geral da Usina Catete;
- A construção das LT Thadeu Aor / Conselheiro Paulino e UHE Xavier / Conselheiro Paulino, de 69 kV, com um total de cerca de 11 Km de extensão;
- A aquisição de novos equipamentos para serviços em linhas energizadas, bem como os trabalhos de manutenção e reformas nas redes de distribuição de energia elétrica em diversos circuitos do município, visando a redução contínua do índice DEC, que expressa a duração das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Em 2001, esse indicador situou-se em 16,83 horas contra 18,38 horas, em 2000;
- Os serviços de inspeção de unidades consumidoras, visando a redução a perdas comerciais, que se situaram em 9,1 %, em 2001;
- A inauguração da Usina Cultural e da Super Estação de Energia de Nova Friburgo, como parte do “Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica”, com diversas experiências práticas, de caráter educacional, mostrando de forma clara os conceitos relativos à energia elétrica e também orientações para a racionalização do uso; e
- A execução de obras de distribuição, compreendendo, basicamente, a construção de 107 Km de redes urbanas e rurais, a implantação de 2.006 postes e 93 transformadores.

Essas e outras realizações no exercício resultaram em investimentos de R\$ 5.641 mil (R\$ 6.120 mil em 2000), o que representa cerca de 50 % da geração de caixa da empresa, medida pelo EBITDA.

Ao término do ano a CENF apresentava um efetivo de 97 empregados.

Indicadores de Produtividade

	2001	2000	1999	1998	1997
Número de empregados	97	94	91	93	127
Número de consumidores	74.878	69.907	67.600	64.494	62.289
MWh vendidos por empregado	2.769	3.394	3.319	3.167	2.197
Consumidores por empregado	772	744	743	693	490

Balanco Social

	2001	2000
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)		
1.1 - Receita Operacional Líquida	40.337	34.989
1.2 - Resultado Operacional (exclui R\$ 1.813 mil de juros sobre o capital próprio, em 2001; R\$ 1.616 mil em 2000)	8.194	7.336
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	2.331	2.282
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	243	257
2.2 - Encargos Sociais	582	528
2.3 - Previdência Privada	5	6
2.4 - Saúde	46	56
2.5 - Educação	35	6
2.6 - Participação nos Resultados	300	294
2.7 - Outros Benefícios	50	19
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	1.261	1.166
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	13.835	14.062
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	87	61
3.3 - Programa Luz no Campo	338	81
3.4 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	437	449
Total – Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.4)	14.697	14.653
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	97	94
4.2 - N° de admissões durante o período	4	10

2 - Mercado de energia elétrica

O ano de 2001 representou para as distribuidoras de energia elétrica dois momentos distintos: antes do racionamento e com o racionamento. Particularmente para a CENF, nos **cinco primeiros meses do ano**, as vendas físicas de energia elétrica aos seus consumidores finais apresentaram um **crescimento** de 1,1 % em relação ao mesmo período de 2000, porém nos meses de **junho a dezembro de 2001**, com a implementação do plano de racionamento de energia elétrica, esse mesmo mercado mostrou uma **redução** de 27,5 % no consumo de energia, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Nesse período do racionamento, a classe industrial foi a principal responsável por essa queda no consumo (-30,0 %). Em seguida aparecem as classes residencial e comercial, com reduções no consumo de, respectivamente, 29,8 % e 26,0 %. Consequentemente, no exercício de

2001 o consumo de energia elétrica na área de concessão da empresa reduziu-se em 15,8 %, em relação a 2000.

A CENF encerrou o exercício com 74.878 consumidores, 7,1 % a mais que em 2000. O consumo de energia elétrica no seu mercado próprio foi de 263 GWh. Por sua vez, a geração própria de energia foi de 47 GWh, contra 43 GWh em 2000.

Recentemente foi firmado acordo entre o Governo Federal e as empresas de geração e distribuição de energia elétrica, no qual foi constituído e reconhecido no exercício de 2001 uma recomposição tarifária extraordinária, que visa compensar as perdas de receitas provenientes do racionamento. Para efeitos dessa compensação, no final de dezembro de 2001, o Governo autorizou reajustes nas tarifas de energia elétrica, à razão de 2,9% para os consumidores da classe residencial e rural e de 7,9% para os consumidores da classe comercial, industrial e do setor público, de forma a amortizar esse ativo. Com isso, a receita operacional bruta da CENF atingiu R\$ 52.419 mil, que incluem R\$ 7.273 mil referentes à constituição desse ativo. Essa receita representa um acréscimo de 11 % em relação a de 2000. Esse crescimento deve-se, basicamente, ao reajuste de 16,25 % das tarifas de fornecimento da empresa, em junho de 2001.

3 - Resultados econômico-financeiros

A CENF computou em 2001 um resultado dos serviços de energia elétrica de R\$ 8.235 mil, ou seja, 35 % maior em relação a 2000. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, ajustada pela provisões constituídas no exercício, alcançou R\$ 11.348 mil contra R\$ 8.811 mil, em 2000. O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 5.978 mil, significando uma melhoria de 13 % no ano. Esse lucro líquido representa R\$ 0,06 por ação do capital social e uma rentabilidade de 19 % sobre o patrimônio líquido do ano anterior.

Com isso, o patrimônio líquido da CENF, em 31 de dezembro de 2001, totalizou R\$ 35.441 mil, ou seja, R\$ 0,37 por ação.

4 - Remuneração aos acionistas

A Administração proporá à Assembléia Geral a realizar-se brevemente a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$ 1.813 mil, à razão de R\$ 18,7471 por lote de mil ações ordinárias ou preferenciais. A data de início da distribuição desses juros será definida na referida Assembléia.

**Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de
2001 e 2000**
(em milhares de reais)

	2001	2000
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	52.419	47.414
Receitas não operacionais	324	224
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	16.918	14.325
Serviços de terceiros	6.857	6.532
Materiais	718	575
Outros custos operacionais	844	907
	<u>25.337</u>	<u>22.339</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>27.406</u>	<u>25.299</u>
Quotas de reintegrações	2.108	1.841
Provisão para contingências	149	121
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>25.149</u>	<u>23.337</u>
Receitas financeiras	689	717
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>25.838</u>	<u>24.054</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	2.525	2.342
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	13.835	14.062
Transferências intra-setoriais	2.605	2.832
Juros	470	(805)
Aluguéis	125	54
Distribuição do lucro		
Juros sobre capital próprio	1.813	1.616
Participação dos administradores	300	294
Reservas de lucros	2.093	1.846
Lucros retidos	2.072	1.813
	<u>25.838</u>	<u>24.054</u>

A Administração.

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2001 e 2000

(Em milhares de reais)

Ativo	2001	2000
Circulante		
Disponibilidades	203	454
Aplicações no mercado aberto	3	411
Consumidores e concessionárias	6.762	5.768
Títulos de créditos a receber	1.495	893
Recomposição tarifária extraordinária	2.424	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(257)	(218)
Estoques	201	162
Impostos a recuperar	404	762
Despesas pagas antecipadamente	669	20
	<u>11.904</u>	<u>8.252</u>
Realizável a longo prazo		
Recomposição tarifária extraordinária	4.849	-
Créditos tributários	1.118	1.273
Empréstimos com partes relacionadas	606	1.638
Depósitos judiciais	381	310
Impostos a recuperar	628	-
Despesas pagas antecipadamente	1.254	-
Programa emergencial - racionamento	1.436	-
Outros	96	94
	<u>10.368</u>	<u>3.315</u>
Permanente		
Investimentos	52	33
Imobilizado	38.320	35.076
Diferido	10	12
	<u>38.382</u>	<u>35.121</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>60.654</u>	<u>46.688</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2001 e 2000

(Em milhares de reais)

Passivo	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Circulante		
Fornecedores	3.301	1.736
Empréstimos e financiamentos	5.597	684
Folha de pagamento	41	37
Tributos e contribuições sociais	2.972	2.497
Juros sobre o capital próprio/dividendos	2.684	2.158
Encargos do consumidor a recolher	252	253
Obrigações estimadas	199	183
Outras contas a pagar	916	590
	<u>15.962</u>	<u>8.138</u>
Exigível a longo prazo		
Fornecedores	706	-
Empréstimos e financiamentos	542	491
Imposto de renda diferido	222	330
Tributos e contribuições sociais	2.234	2.259
Provisões para contingências	1.092	598
Outras contas a pagar	506	125
	<u>5.302</u>	<u>3.803</u>
Obrigações vinculadas à concessão	<u>3.949</u>	<u>3.471</u>
Patrimônio líquido	<u>9.251</u>	<u>7.274</u>
Capital social	15.600	15.600
Reservas de capital	183	183
Reservas de lucros	8.669	7.060
Lucros acumulados	10.989	8.433
	<u>35.441</u>	<u>31.276</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>60.654</u>	<u>46.688</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	51.296	45.988
Suprimento de energia elétrica	409	333
Outras	714	1.093
	<u>52.419</u>	<u>47.414</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	9.562	10.195
Pis e Cofins	1.914	1.731
Quotas para reserva global de reversão	606	499
	<u>12.082</u>	<u>12.425</u>
Receita operacional líquida	<u>40.337</u>	<u>34.989</u>
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal	2.525	2.342
Material	718	575
Serviços de terceiros	6.857	6.532
Energia elétrica comprada para revenda	16.918	14.325
Depreciação e amortização	2.108	1.841
Quota para conta de consumo de combustível	1.999	2.333
Provisão para contingências	149	121
Outras despesas	828	837
	<u>32.102</u>	<u>28.906</u>
Resultado do serviço	<u>8.235</u>	<u>6.083</u>
Receita (despesa) financeira		
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	689	569
Encargos de dívidas	(469)	(76)
Juros sobre o capital próprio	(1.813)	(1.616)
Reversão (provisão) de juros sobre impostos	(99)	1.128
Outras despesas	(162)	(368)
	<u>(1.854)</u>	<u>(363)</u>
Resultado operacional	<u>6.381</u>	<u>5.720</u>
Receita não operacional	324	224
Despesa não operacional	<u>(141)</u>	<u>(124)</u>
	183	100
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	6.564	5.820
Contribuição social	(581)	(489)
Imposto de renda	<u>(1.518)</u>	<u>(1.378)</u>
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	4.465	3.953
Participações dos administradores	<u>(300)</u>	<u>(294)</u>
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	4.165	3.659
Reversão de juros sobre o capital próprio	<u>1.813</u>	<u>1.616</u>
Lucro líquido do exercício	<u>5.978</u>	<u>5.275</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>0,06</u>	<u>0,05</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Demonstrações das origens e aplicações de recursos
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000**
(Em milhares de reais)

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Origens de recursos		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	5.978	5.275
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:		
Depreciação e amortização	2.108	1.841
Valor residual de ativo permanente baixado	291	329
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(9)	136
Imposto de renda e contribuição social sobre créditos temporários	47	(175)
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	(4.143)	-
Conta de variação de valores Parcela A - CVA de longo prazo	(1.254)	-
Provisão para contingências	395	121
Reversão de provisão	99	(1.128)
	<u>3.512</u>	<u>6.399</u>
De terceiros		
Contribuição de consumidores	478	1.024
Aumento do exigível a longo prazo	333	552
	<u>811</u>	<u>1.576</u>
Total das origens	<u>4.323</u>	<u>7.975</u>
Aplicações de recursos		
No investimento	19	18
No imobilizado	5.641	6.108
No diferido	-	12
No realizável a longo prazo	815	516
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	207	1.257
Juros sobre o capital próprio	1.813	1.616
	<u>8.495</u>	<u>9.527</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(4.172)</u>	<u>(1.552)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	8.252	7.024
No fim do exercício	11.904	8.252
	<u>3.652</u>	<u>1.228</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	8.138	5.358
No fim do exercício	15.962	8.138
	<u>7.824</u>	<u>2.780</u>
Redução do capital circulante líquido	<u>(4.172)</u>	<u>(1.552)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000**
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Total
	Capital social	Remuneração de imobilizado em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Legal	Lucros a realizar	Lucros acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2000	15.600	179	4	1.979	330	3.389	6.136	27.617
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.275	5.275
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	-	-	-	-	264	-	(264)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.374)	(1.374)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(242)	(242)
Reserva estatutária	-	-	-	1.582	-	-	(1.582)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2000	<u>15.600</u>	<u>179</u>	<u>4</u>	<u>3.561</u>	<u>594</u>	<u>2.905</u>	<u>8.433</u>	<u>31.276</u>
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(484)	484	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.978	5.978
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	-	-	-	-	299	-	(299)	-
Juros sobre o capital próprio atribuídos aos dividendos	-	-	-	-	-	-	(1.541)	(1.541)
Imposto de renda retido na fonte incidente sobre os juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(272)	(272)
Reserva estatutária	-	-	-	1.794	-	-	(1.794)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2001	<u>15.600</u>	<u>179</u>	<u>4</u>	<u>5.355</u>	<u>893</u>	<u>2.421</u>	<u>10.989</u>	<u>35.441</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2000**
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, que atende a 74.878 consumidores (não auditado pelos auditores independentes) no município de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

A CENF apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2001 de R\$4.058. Este desequilíbrio decorre do Programa Emergencial de Racionamento, instituído pelo Governo Federal a partir de 01/06/2001, que reduziu a receita da CENF no período de junho a dezembro de 2001 em aproximadamente 20%. Para fazer face a esse desequilíbrio, a CENF já tem programada a entrada dos recursos no próximo exercício:

- . financiamento do BNDES, oriundo da recomposição tarifária extraordinária (vide nota nº 5), no montante de R\$3.721 (líquido da parcela de curto prazo);
- . reembolso do Ministério das Minas e Energia, referente aos custos do Programa Emergencial de Racionamento em R\$863 (vide nota nº 24).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica", contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 01 de janeiro de 2002.

3. Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da Aneel;
- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- e) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;

- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir dessa data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- g) O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de cinco anos;
- h) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- i) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/97, pelas alíquotas de 25% e 8%, respectivamente, que se espera estar vigentes quando da realização desses créditos;
- j) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos prováveis desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- n) A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas de contabilidade emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da CENF se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências.

4. Consumidores e concessionárias

Classes de consumo	Saldos Vincendos	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2001	2000
Residencial	798	545	142	48	2	6	1.541	2.190
Industrial	503	77	13	3	-	13	609	648
Comércio, serviços e outras atividades	426	241	78	42	-	27	814	1.030
Rural	26	27	2	-	-	-	55	63
Poder público:								
Federal	3	2	1	-	2	10	18	13
Estadual	7	6	2	2	5	24	46	22
Municipal	36	32	13	10	28	130	249	221
Iluminação pública	114	114	229	418	776	-	1.651	140
Serviço público	104	-	-	-	-	303	407	388
Subtotal – consumidores	2.017	1.044	480	523	813	513	5.390	4.715
Concessionária	-	-	-	-	-	-	40	36
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	1.214	1.017
Outros	-	-	-	-	-	-	118	-
Total	2.017	1.044	480	523	813	513	6.762	5.768

5. Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Medida Provisória n.º 14, na Resolução n.º 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução n.º 31, da Aneel, de 24 de janeiro de 2002, a CENF efetuou levantamento do montante da recomposição tarifária extraordinária, aplicável à todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica, visando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, através do ressarcimento das perdas de consumo observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1º de junho e 31 de dezembro de 2001.

A referida recomposição tarifária extraordinária se dará por meio da aplicação às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela Aneel:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda).
- b) 7,9% para os demais clientes.

A recomposição tarifária extraordinária no valor de R\$7.273, foi registrada como Receita de Fornecimento no exercício de 2001. Esse montante compõe-se de:

- a) R\$6.175 referentes à diferença entre a receita estimada de acordo com os parâmetros definidos nas Resoluções acima e a receita auferida pela concessionária no período de 01 de junho a 31 de dezembro de 2001, afetada pela redução de consumo decorrente do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

Em 11 de março de 2002, a CENF encaminhou à Aneel os cálculos da recomposição tarifária, os quais estão sujeitos à homologação pelo órgão regulador. Para que a CENF tenha direito a essa compensação, renunciou a qualquer pleito, judicial ou extrajudicial, relativo a fatos e normas concernentes ao Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e à recomposição tarifária extraordinária, bem como aderiu aos acordos firmados entre os agentes do setor elétrico, conforme previsto pela Medida Provisória n.º 14 e pelas Resoluções n.º 91, da GCE, e n.º 31, da ANEEL.

- b) R\$1.098 referentes à energia disponibilizada pelos geradores livres, os quais

dispunham de geração não comprometida em contratos. Essa energia foi denominada “energia livre”. Esse montante foi contabilizado como receita operacional e inclui R\$40 relativo ao PIS e Cofins.

O valor referente à energia livre foi também contabilizado como despesa operacional com base em comunicado aos agentes, divulgado em 13 de março de 2002 pela Asmae (Administradora do Mercado Atacadista de Energia), no montante de R\$1.058, líquidos do PIS e Cofins. Esse valor será repassado aos geradores.

Eventuais decisões das autoridades reguladoras do setor de energia elétrica, quanto a recomposição tarifária extraordinária, bem como o montante relacionado à energia livre, poderão resultar em relevantes ajustes nos valores registrados pela CENF. Os valores definitivos a serem divulgados deverão ser validados pela Aneel, conforme previsto em sua Resolução nº 72, de 7 de fevereiro de 2002.

Como parte do acordo relativo à recomposição tarifária, a CENF irá pagar à Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ o valor integral do contrato inicial de fornecimento de energia elétrica, reduzido pelo fator 0,9759, estabelecido pela Aneel. Esse valor monta, em 31 de dezembro de 2001, em R\$718. A soma desse valor e da energia livre, mencionada anteriormente, que totaliza R\$1.776, foi registrado no resultado do exercício, na rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda e compõe o saldo da conta Fornecedores no Passivo Circulante e do Exigível a Longo Prazo.

Será concedido à CENF, financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como forma de adiantamento da compensação relativa à tarifa extraordinária, no valor de aproximadamente 90% do montante a ser ressarcido. Os recursos advindos do faturamento da recomposição tarifária extraordinária dos clientes da CENF serão integralmente destinados à quitação desse financiamento. A recomposição tarifária vigorará pelo período necessário à compensação do montante apurado.

6. Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

As Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e a nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceram a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Posteriormente, a Aneel, pela Resolução nº 90, de 18 fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A", bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros e a definição do período para recuperação tarifária, este compreendido entre 01 de janeiro e 25 de outubro de 2001. Foram os seguintes itens incluídos pela CENF como componentes da "Parcela A":

- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE e
- Encargos de conexão.

A CENF calculou os valores da CVA, no montante de R\$1.694, cujo valor foi posteriormente atualizado pela variação da Taxa SELIC, entre o pagamento e a data de encerramento do balanço, totalizando R\$1.881. Estes valores foram registrados, na rubrica Despesas Pagas Antecipadamente, no curto e longo prazos, de acordo com as estimativas de realização. Em 11 de março de 2002, os cálculos da Parcela A contendo a atualização monetária até 25 de outubro de 2001, no montante de R\$1.740, foram encaminhados à Aneel e estão sujeitos a homologação pelo Poder Concedente.

7. Impostos a recuperar

	2001	2000
.Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	769	259
.Imposto de Renda Retido na Fonte	5	-
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	1	118
.Programa de Integração Social – PIS	3	2
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	11	8
.Contribuições previdenciárias	243	375
	<u>1.032</u>	<u>762</u>
.Parcela de curto prazo	404	762
.Parcela de longo prazo	628	-

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foram assim apuradas:

	Imposto de renda		Contribuição social(*)	
	2001	2000	2001	2000
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.564	5.820	6.564	5.820
Adições permanentes	207	10	46	21
Base de cálculo	6.771	5.830	6.610	5.841
Alíquotas fiscais	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.693)	(1.458)	(595)	(526)
Diferença de adicional de alíquota fiscal	24	24	-	-
Incentivo fiscal (4% de PAT e operações culturais)	70	62	-	-
Outros	81	(6)	14	37
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.518)</u>	<u>(1.378)</u>	<u>(581)</u>	<u>(489)</u>

(*) A contribuição social foi calculada no exercício de 2001 à alíquota de 9% e em 2000 às alíquotas de 12% em janeiro e de 9% a partir de fevereiro.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro, a CENF possuía créditos fiscais a compensar relativos a diferenças temporárias dedutíveis conforme natureza e valores a seguir discriminados:

	2001		2000	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para contingências	993	746	598	598
Provisão de tributos e contribuições em discussão judicial	2.227	2.119	3.067	2.959
Provisão para devedores duvidosos	257	257	218	218
Total	3.477	3.122	3.883	3.775
Alíquota aplicada	25%	8%	25%	8%
Créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	<u>869</u>	<u>249</u>	<u>971</u>	<u>302</u>

A Administração da CENF, baseada nas projeções de resultados futuros, estima realizar estes créditos em até 8 anos.

Imposto de renda diferido - passivo

Composição do imposto de renda diferido	2001	2000
Lucro inflacionário de anos anteriores	1.417	1.850
Realização do exercício	(433)	(433)
Base de cálculo	984	1.417
Alíquota fiscal (15% acrescido do adicional de 10%)	25%	25%
Imposto de renda diferido	<u>222</u>	<u>330</u>

9. Imobilizado

Composição dos saldos e taxas anuais médias de depreciação:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2001	2000
Em serviço			
Produção			
Geração hidráulica	2,83	3.975	3.975
Sistema de transmissão de conexão	2,83	619	-
Distribuição			
Linhas, redes e subestações	5,29	39.280	34.317
Comercialização	4,03	4.857	4.422
Administração	15,35	562	330
		<u>49.293</u>	<u>43.044</u>
Depreciação acumulada			
Produção			
Geração hidráulica		(1.239)	(1.141)
Sistema de transmissão de conexão		(1)	-
Distribuição			
Linhas, redes e subestações		(12.508)	(10.920)
Comercialização		(2.033)	(1.865)
Administração		(135)	(74)
		<u>(15.916)</u>	<u>(14.000)</u>
Em curso			
Produção			
Geração hidráulica		680	436
Sistema de transmissão de conexão		87	408
Distribuição			
Linhas, redes e subestações		4.017	4.894
Comercialização		50	155
Administração		109	139
		<u>4.943</u>	<u>6.032</u>
		<u>38.320</u>	<u>35.076</u>

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

10. Transações com partes relacionadas

Apresentamos os saldos das operações efetuadas no exercício:

	SAELPA	Cia. Força e Luz Cataguazes- Leopoldina	Total	
			2001	2000
Saldos:				
. Adiantamentos e empréstimos a receber	328	278	606	1.638
Transações:				
. Serviços contratados	-	5.826	5.826	5.526
. Receita financeira	14	274	288	-

As transações de adiantamento e empréstimos são remuneradas a juros compatíveis de mercado.

Os serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, foram realizados em condições usualmente praticadas e estão registrados como despesa na rubrica serviços de terceiros.

As transações estão suportadas por contratos que foram submetidos ao conhecimento/aprovação da Aneel.

11. Empréstimos e financiamentos

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Em moeda nacional, com juros de 5% a.a. e atualização monetária com base na variação da Ufir (Eletrobras)	482	458
Em moeda nacional, com juros de 10% a.a. acima da taxa CDI (Bradesco)	1.008	623
Em moeda nacional com juros de 6% a 6,5% a.a. e variação monetária com base na TJLP (Finame)	34	94
Em moeda nacional, com juros de 0,30% a.m. acima da taxa do CDI (Banco Mercantil)	4.512	-
Em moeda nacional, com juros de 2% e 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da CDI e TJLP, respectivamente (HSBC Bank)	103	-
	<u>6.139</u>	<u>1.175</u>
Parcela de curto prazo	5.597	684
Parcela de longo prazo	542	491

O financiamento obtido junto ao Finame está garantido pelos próprios equipamentos financiados.

O financiamento obtido junto à Eletrobras está garantido com vinculação da receita própria da CENF.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
2002	-	52
2003	145	102
2004	126	92
2005	111	92
2006	96	92
2007	64	61
	<u>542</u>	<u>491</u>

12. Obrigações vinculadas à concessão

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da CENF.

Para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, essas contas, bem como os ativos correspondentes, por não se tratarem de dívidas efetivas, não devem ser considerados.

13. Programa de recuperação fiscal (Refis)

A CENF aderiu, em dezembro de 2000, ao programa de recuperação fiscal – Refis, aprovado pela Lei nº 9.964, de abril de 2000. Os ajustes decorrentes do reconhecimento dos débitos, em razão da desistência do processo judicial da aplicação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins sobre as operações com energia elétrica, podem ser demonstrados como se segue:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Valor do débito constituído	3.349	5.375
(-) Reversão de atualização de juros sobre impostos	-	(1.128)
(-) Pagamento dos valores vencidos de março a novembro de 2000	-	(1.080)
(+) Atualização da dívida pela TJLP (outras despesas financeiras)	253	281
(-) Liquidação de parcelas	<u>(840)</u>	<u>(99)</u>
(=) Saldo da dívida	<u>2.762</u>	<u>3.349</u>
Parcela de curto prazo (inclusos na rubrica tributos e contribuições sociais)	528	1.090
Parcela de longo prazo (inclusos na rubrica tributos e contribuições sociais)	2.234	2.259

Pelas projeções da CENF, estima-se a realização total da dívida pelo prazo de 49 meses.

14. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 2001 e 2000, está representado por 82.215.000 ações ordinárias e 14.483.948 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e a formação de reserva estatutária com 30% do lucro líquido do exercício, limitada a 80% do capital social que se destina à ampliação e renovação de instalações e investimentos.

15. Juros sobre o capital próprio/dividendos

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	<u>2001</u>	<u>2000</u>
Lucro líquido do exercício	5.978	5.275
Reserva legal	(299)	(264)
Realização de reserva de lucros a realizar	484	484
Lucro líquido ajustado	<u>6.163</u>	<u>5.495</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>1.541</u>	<u>1.374</u>

A Administração irá propor o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante bruto de R\$1.813 ou seja R\$18,7471 por lote de mil ações (R\$1.616 em 2000).

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesa financeira, conforme previsto na legislação fiscal, em contrapartida do passivo circulante. Para efeito de

apresentação das demonstrações contábeis, o valor desses juros está sendo demonstrado como reversão na demonstração do resultado em contrapartida da conta Lucros Acumulados, no Patrimônio Líquido.

16. Reserva de lucros a realizar

Constituída até 31 de dezembro de 1995, com base no saldo da correção monetária de balanço, sendo revertida para lucros acumulados, integrando a base de cálculo dos dividendos, quando esses lucros são realizados mediante alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que se vinculam.

17. Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Residencial	66.247	62.061	115.325	139.150	22.958	24.602
Industrial	236	344	59.243	73.097	7.200	7.803
Comercial	7.488	6.684	52.818	61.421	9.540	9.506
Rural	565	483	6.294	7.115	646	638
Poder público:						
. Federal	39	39	611	714	94	96
. Estadual	56	57	892	1.346	137	183
. Municipal	159	151	2.429	2.658	424	373
Iluminação pública	1	1	15.431	17.263	1.651	1.624
Serviço público	70	69	9.738	9.335	1.176	991
Consumo próprio	17	17	366	453	-	-
Subtotal	74.878	69.906	263.147	312.552	43.826	45.816
ICMS	-	-	-	-	(9.562)	(10.195)
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	7.273	-
Suprimento de energia elétrica	-	1	5.797	6.074	409	333
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	(260)	372	197	172
Outras receitas	-	-	-	-	714	1.093
Total	74.878	69.907	268.684	318.998	42.857	37.219

18. Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$604 (R\$487 em 2000), referente à remuneração dos administradores.

19. Provisões para contingências

Contingências	2001			2000		
	Valor da provisão		Depósitos Judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Empregados	-	69	25	-	69	25
Serviços de terceiros	(54)	382	-	111	436	-
Subtotal	(54)	451	25	111	505	25
Cíveis						
Consumidores	202	295	356	10	93	285
Fiscais						
Sat, Sebrae, Inss e Pis	346	346	-	(1.926)	-	-
TOTAL	494	1.092	381	(1.805)	598	310

No exercício de 2001, R\$246 estão contabilizados na rubrica despesa operacional - pessoal, R\$149 em provisão para contingências e R\$99 em outras despesas financeiras.

Em 2000, R\$1.128 foram revertidos e estão contabilizados no resultado financeiro como Reversão (Provisão) de Juros sobre Impostos, R\$798 foram quitados junto ao Governo Federal e R\$121 foram registrados em provisão para contingências.

20. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

21. Instrumentos financeiros

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da CENF e empresas do grupo.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes as operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro. A CENF não tem financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da CENF vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a CENF monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Taxa de Juros

Possibilidade da CENF vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A CENF não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a CENF monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

22. Plano de aposentadoria

A CENF implementou em dezembro de 2000 o Fundo de Complementação de Aposentadoria Cat-Leo, na modalidade de contribuição definida, para o qual tanto a CENF quanto os empregados são contribuintes. A contribuição no exercício montou em R\$5.

23. Contrato de concessão de distribuição

A CENF assinou, em 18 de junho de 1999, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o contrato de geração e distribuição de energia elétrica, com prazo de concessão até 7 de julho de 2015, podendo ser renovado por 20 anos.

24. Programa Emergencial - Racionamento

Devido ao baixo nível das principais bacias hidrográficas brasileiras observado no primeiro semestre de 2001, o Governo Federal instituiu, a partir de 1º de junho de 2001, um programa de racionamento de energia. As principais medidas adotadas podem ser assim resumidas:

- a) Cobrança de sobretaxas nas tarifas aos consumidores que não cumprissem a meta de redução de consumo, definida inicialmente em uma redução de 20%;
- b) Distribuição de bônus para consumidores de determinadas faixas de consumo, que apresentassem redução superior à meta estabelecida;
- c) Autorizado aos consumidores das classes industrial e comercial para realizarem diretamente compra e venda de energia elétrica, através da emissão de certificados de energia e/ou transações bilaterais, para cobertura dos excedentes às suas respectivas metas de consumo ou comercialização de suas sobras mensais.

Os certificados recebidos/emitidos foram registrados pela CENF no MAE.

A CENF, contabilizou os seguintes valores de custos a reembolsar, sobretaxa e bônus:

	<u>2001</u>
Custos do racionamento – (Realizável a longo prazo)	290
Sobretaxa – (Outros – Exigível a longo prazo)	(573)
Bônus – (Realizável a longo prazo)	<u>1.146</u>
Total a reembolsar	<u><u>863</u></u>

25. Resultado por atividade

Em atendimento ao Ofício Circular nº 838/2000 da Aneel, apresenta-se a demonstração do resultado por atividade.

	2001			2000		
	Não auditado		Total	Não auditado		Total
	Geração	Distribuição		Geração	Distribuição	
Receita operacional						
Fornecimento de energia elétrica	2.209	49.087	51.296	2.199	43.789	45.988
Suprimento de energia elétrica	-	409	409	-	333	333
Outras	-	714	714	-	1.093	1.093
	<u>2.209</u>	<u>50.210</u>	<u>52.419</u>	<u>2.199</u>	<u>45.215</u>	<u>47.414</u>
Deduções à receita operacional						
Quota para reserva global de reversão	59	547	606	43	456	499
Impostos e contribuições sobre a receita	81	11.395	11.476	80	11.846	11.926
	<u>140</u>	<u>11.942</u>	<u>12.082</u>	<u>123</u>	<u>12.302</u>	<u>12.425</u>
Receita operacional líquida	<u>2.069</u>	<u>38.268</u>	<u>40.337</u>	<u>2.076</u>	<u>32.913</u>	<u>34.989</u>
Despesa Operacional						
Pessoal	80	2.445	2.525	137	2.205	2.342
Material	4	714	718	3	572	575
Serviços de terceiros	91	6.766	6.857	90	6.442	6.532
Energia elétrica comprada para revenda	-	16.918	16.918	-	14.325	14.325
Quota para a conta de consumo de combustível	-	1.999	1.999	-	2.333	2.333
Depreciação e amortização	99	2.009	2.108	77	1.764	1.841
Provisões	-	149	149	-	121	121
Outras despesas	11	817	828	15	822	837
	<u>285</u>	<u>31.817</u>	<u>32.102</u>	<u>322</u>	<u>28.584</u>	<u>28.906</u>
Resultado do Serviço	1.784	6.451	8.235	1.754	4.329	6.083
Resultado financeiro	(65)	(1.789)	(1.854)	(60)	(303)	(363)
Resultado operacional	1.719	4.662	6.381	1.694	4.026	5.720
Resultado não operacional	-	183	183	-	100	100
Lucro antes da contribuição social, Imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	1.719	4.845	6.564	1.694	4.126	5.820
Contribuição social	(152)	(429)	(581)	(142)	(347)	(489)
Imposto de renda	(399)	(1.119)	(1.518)	(401)	(977)	(1.378)
Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	1.168	3.297	4.465	1.151	2.802	3.953
Participações dos administradores	(75)	(225)	(300)	(86)	(208)	(294)
Lucro antes da reversão dos juros sobre Capital próprio	1.093	3.072	4.165	1.065	2.594	3.659
Reversão dos juros sobre capital próprio	473	1.340	1.813	470	1.146	1.616
Lucro líquido do exercício	<u>1.566</u>	<u>4.412</u>	<u>5.978</u>	<u>1.535</u>	<u>3.740</u>	<u>5.275</u>

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE NOVA FRIBURGO - CENF em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.

(4) Conforme comentado nas Notas 5 e 6, a Companhia registrou em suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 ativos e passivos relacionados à comercialização de energia livre, com base em dados preliminares fornecidos pela Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE. Adicionalmente, registrou contas a receber relacionadas a recomposição tarifária para o período de racionamento, bem como diferimento relativo à variação de valores da Parcela A (CVA) decorrentes da aplicação da Medida Provisória nº 14 (ainda sujeita à aprovação do Congresso Nacional) e Resolução nº 90 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE. Estes valores serão realizados através de aumentos tarifários extraordinários, aprovados por resoluções específicas da ANEEL, bem como através de inclusão do CVA na análise anual dos reajustes de suas tarifas, e ambos estão pendentes de revisão e homologação pela ANEEL.

Nova Friburgo, 27 de março de 2002

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-RJ

Mauro Moreira
Sócio-Diretor Responsável
Contador CRC-1-RJ-072.056/O-2